

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

TERCEIRO BIMESTRE DE 2014

Eu, **LUANA MOUSSALLI FORCIONI GUEDES**, RG n.º 33.742.087-7, servidora efetiva, matrícula funcional n.º 06, nomeada através da Portaria n.º 45, de 06 de setembro de 2012, na qualidade de responsável pelo Controle Interno do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev e em cumprimento ao Comunicado SDG n.º 32, de 28 de setembro de 2012 do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO e a fim de atender os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, o artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, esse controle interno realizou, referente período supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

- I.** Avaliar o cumprimento das metas previstas e a execução dos programas de governo e do orçamento do CaraguaPrev;
- II.** Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração do CaraguaPrev, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III.** Exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração, vencimento ou salário de seus membros ou servidores;
- IV.** Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do CaraguaPrev; e
- V.** Apoiar o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no exercício de sua função institucional de controle externo.

O Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, está sujeito ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos obtidos pela Administração.

Considerando que o relatório em questão tomou por base informações e fundamentou-se em documentação verídica, bem como, verificação dos aspectos constitucionais e legais que norteiam a Administração Pública Municipal, com abrangência e particularidades próprias da metodologia de controles.

Considerando o resultado da análise do processo em causa, tende-se a evidenciar o que segue:

1- SITUAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL

No terceiro bimestre de 2014, foi realizado a abertura de Crédito adicional suplementar, conforme Decreto do Executivo nº 96 de 30 de maio de 2014 no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), conforme a seguir:

03.01.01 – 09.272.62.2.072 – 3390.35.00		
Serviços de Consultoria	R\$ 30.000,00
03.01.01 – 09.272.62.2.072 – 3390.39.00		
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 70.000,00
03.01.01 – 09.272.62.2.073 – 3190.01.00		
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	R\$ 500.000,00
Sendo coberto com recursos de redução		
03.01.01 – 09.272.62.2.072 – 4.4.90.51.00		
Obras e Instalações	R\$ 600.000,00

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

2.1 - Das Receitas – Fiscalização das Receitas de Contribuição

Constatou-se a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas das contribuições previdenciárias, parte patronal e dos segurados. Verificamos a regularidade dos repasses pelos órgãos: Prefeitura de Caraguatatuba, da Câmara Municipal de Caraguatatuba e Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba – FUNDACC e CaraguaPrev.

2.2 - Demais Receitas

Constatou-se também a regularidade dos lançamentos e registro das receitas da Compensação Previdenciária - COMPREV e o registro dos rendimentos das aplicações financeiras em contas de Variação patrimonial aumentativa ou diminutiva.

2.3 - Resultado da Execução Orçamentária - RECEITAS

Verificou-se o comportamento da Execução Orçamentária no tocante às Receitas e aferimos resultado acumulado deficitário no terceiro bimestre de 2014, conforme quadro que segue:

TERCEIRO BIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014						
Discriminação	No Período			Acumulado		
	Previsão Anual	Programada	Realizada	Programada	Realizada	à Realizar
RECEITAS						
I. Receitas Correntes	15.024.500,00	2.504.083,26	1.804.701,64	7.512.249,78	6.157.592,97	8.866.907,03
Contribuição do Servidor-Ativo Civil	9.806.000,00	1.634.333,32	1.648.787,95	4.902.999,96	5.535.499,49	4.270.500,51
Contribuição do Servidor Inativo Civil	38.000,00	6.333,32	9.788,53	18.999,96	25.104,01	12.895,99

Contrib. do Servidor Pensionista Civil	22.000,00	3.666,66	3.585,40	10.999,98	10.756,20	11.243,80
Receita Patrimoniais	4.230.000,00	704.999,98	0,00	2.114.999,94	0,00	4.230.000,00
Indenizações e Restituições	925.000,00	154.166,66	142.147,10	462.499,98	435.835,61	489.164,39
Outras Receitas Correntes	3.500,00	583,32	392,66	1.749,96	150.397,66	-146.897,66
II.Receita IntraOrçamentária	14.809.000,00	2.468.166,60	2.518.649,81	7.404.499,80	8.448.142,12	6.360.857,889
Contribuição Patronal -Ativo Civil	14.809.000,00	2.468.166,60	2.518.649,81	7.404.499,80	8.448.142,12	6.360.857,88
TOTAL DA RECEITA	29.833.500,00	4.972.249,86	4.323.351,46	14.916.749,58	14.605.735,09	15.227.764,91

2.4 - Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos se deu em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.922/10 e Política de investimentos para o exercício de 2014.

No 3º Bimestre, os investimentos do CaraguaPrev superaram a meta atuarial (IPCA + 6% a.a).

Foi enviado ao Ministério da Previdência Social o Demonstrativo das aplicações e Investimentos, o Comprovante de Repasses das Contribuições ambos aferidos por aquele órgão como REGULARES.

3 - DESPESAS

3.1 - Formalização e Conteúdo

Foram examinadas as despesas efetuadas no período e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto legal e formal.

3.2 - Benefícios Previdenciários

Os benefícios são concedidos pelo órgão após o devido processo administrativo em que se comprovam os requisitos exigidos em lei. No referido bimestre, foram concedidas 10 aposentadorias e 4 pensões. O pagamento dos proventos de benefícios dos servidores inativos e dos pensionistas processaram-se dentro das datas previstas, aplicando-se o teto constitucional remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão tendo como limite o subsídio do Prefeito Municipal, obedecendo-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

3.3 - Da Despesa de Administração

O CaraguaPrev vem cumprindo a determinação da Lei Municipal nº 888/00 que fixa limite de gasto com despesas de administração. Análises efetuadas demonstram que foram realizados gastos administrativos dentro do limite de 2% constantes do Orçamento Anual do CaraguaPrev. O exame documental da despesa revelou regularidade de instrução formal.

3.4 - Ordem Cronológica dos Pagamentos

O controle interno aferiu cumprimento de todas as obrigações financeiras no período. Todos os fornecedores e colaboradores foram pagos dentro das datas previstas, constatando-se atendimento à ordem cronológica dos pagamentos.

3.5 - Resultado da Execução Orçamentária – DESPESAS

A execução orçamentária da Despesa pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

DESPESAS	Dotação Atual	TERCEIRO BIMESTRE DE 2014		Acumulado		
		Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	A empenhar
III. Despesas Correntes	9.525.000,00	1.221.589,34	1.245.423,23	3.741.959,56	3.570.495,92	5.783.040,44
Inativos Civis	6.010.000,00	851.939,46	853.104,26	2.433.856,85	2.427.320,59	3.576.143,15
Pensionista Civis	1.805.000,00	239.066,77	239.066,77	656.943,41	656.943,41	1.148.056,59
Outras Despesas Correntes	1.710.000,00	130.583,11	153.252,20	651.159,30	486.231,92	1.058.840,70
IV. Despesas de Capital	400.000,00	0,00	0,00	6.196,70	6.196,70	393.803,30
Investimentos	400.000,00	0,00	0,00	6.196,70	6.196,70	393.803,30
Reserva Legal	19.908.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.908.500,00
TOTAL DA DESPESA	29.833.500,00	1.221.589,34	1.245.423,23	3.748.156,26	3.576.692,62	26.085.343,74

3.6 - Dos Empenhos

No terceiro bimestre de 2014 os empenhos foram emitidos de forma prévia, nos quais estão anexados os documentos de suporte. O arquivamento dos empenhos se encontra em boa ordem e de fácil localização. A despesa empenhada em cada empenho está classificada de forma adequada. Todas as notas estão assinadas pela autoridade competente e o responsável pela sua emissão.

3.7 - Da liquidação da despesa

No terceiro bimestre de 2014 foram emitidas liquidações de empenhos. A liquidação das despesas está baseada em documentos fiscais e atestados conforme a entrega dos serviços ou dos bens.

3.8 - Das Ordens de Pagamento

No terceiro bimestre de 2014 foram emitidas ordens de pagamentos mediante autorização da autoridade competente e processadas pela contabilidade de forma tempestiva. Os pagamentos observaram a ordem cronológica dos empenhos e de vencimentos. As ordens de pagamento registram de maneira clara as retenções exigidas por contrato ou lei (INSS, I.R.R.F, etc)

4 - DA ANÁLISE FINANCEIRA

4.1 - Do Saldo Financeiro

O saldo financeiro no terceiro bimestre de 2014, apresentam-se conforme demonstração a seguir:

NUMERO	BANCO	AGENCIA	DESCRIÇÃO	SALDO A SEGUIR
BANCOS CONTA APLICAÇÃO				R\$ 167.116.063,81
1	001	1741-8	9999-6 - BANCO DO BRASIL – PREVID.AÇÕES GOV.	511.828,69
2	001	1741-8	9999-6 - BANCO DO BRASIL – PREV. RF IRF-M1	7.361.946,16
3	104	0797	9999-0 – CAIXA FI BRASIL REF DI LONGO PRAZO	2.651.865,00
4	044	004	1243450-1 - FIDC MULTISECTORIAL BVA ITÁLIA	1.771.252,88
5	044	004	1243450-1 – FI RF ESLOVENIA	7.655.943,12
6	104	0797	1000-0 – CAIXA FI BRASIL IRE-M1 TP RE	43.523.067,17
7	001	1741-8	9999-6 –BANCO DO BRASIL – PREV RF IDKA2	3.217.482,10
8	341	0248	04042-0 – SOBERANO RF IRFM1	13.532.760,62
9	001	1741-8	9999-6 - BB PREVID RF PERFILI	15.129.643,50
10	033	0342	13001576-2 – SANTANDER CORPORATE DI	1.840.873,58
11	104	1741-8	1000-0 – FIDC CAIXA RPPS CONSIGNADO BMG - SE	5.677.763,24
12	104	1741-8	1000-0 – CAIXA FI REF DI LONGO PRAZO	4.212.743,76
13	104	0797	1000-0 – CAIXA TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	59.347.666,07
14	033	0342	13001576-2 - BANCO SANTANDER – FIC IRF-M1 TIT PUB RF	681.227,92
BANCOS CONTA MOVIMENTO				R\$ 5.905,02
15	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRASIL Conta Movimento	208,02
16	033	4171-8	13000149-1 - BANCO SANTANDER Conta Movimento	946,88
17	104	0797	9999-0 – C.E.F – Conta Movimento	4.539,47
18	104	0797	1000-0 – C E F – Conta Movimento	210,65
TOTAL:				R\$ 167.121.968,83

5 - DOS ATOS DE PESSOAL

✓ Sem alteração quanto ao informado no 2º Bimestre.

6 - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS E COMITÊ:

- ✓ Os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e também do Comitê de Investimentos não são remunerados.

7 - DOS CONTRATOS, DAS COMPRAS E LICITAÇÕES:

- ✓ No terceiro bimestre de 2014, não houve processo licitatório.
- ✓ Firmou contrato nº 06/14 em 26.05.14 com a empresa CECAM-Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal S/S Ltda, tendo como objeto serviços de locação de software integrado com fornecimento de sistemas para a contabilidade, com vigência de 12 meses e com licitação na modalidade Carta Convite 01/14, de acordo com o art. 43, inciso VI da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;
- ✓ Firmou contrato nº 04/14 em 02.06.14 com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, tendo como objeto a prestação de serviços postais, com vigência de 12 meses e com dispensa de licitação nos termos do art. 24, II da Lei de Licitações;
- ✓ Firmou contrato nº 07/14 em 03.06.14 com a empresa João Carlos Santos, tendo como objeto serviços técnicos de manutenção nos computadores do CaraguaPrev, com vigência de 12 meses e com dispensa de licitação nos termos do art. 24, II da Lei de Licitações.

8 - TESOUREARIA, ALMOXARIFADO

- ✓ Segundo nossos testes efetuados, verificamos o correto lançamento destes setores.

9 - DOS BENS PATRIMONIAIS

- ✓ Foi constatado que os bens móveis adquiridos pelo Instituto e incorporados ao patrimônio municipal estão registrados contabilmente, estando todos numerados, com placas de identificação afixadas e regulares.

10 - USO DO TELEFONE MÓVEL E FIXO

- ✓ O Instituto tem duas linhas de telefone fixo e seu uso é monitorado mensalmente através do relatório enviado pela operadora.

11 - DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

- ✓ Não foram realizadas operações de crédito no 3º bimestre.

12 - DOS CONSELHOS DE PREVIDENCIA E FISCAL

- ✓ Os Conselhos reuniram-se ordinariamente de acordo com o estabelecido na Lei Instituidora, tendo aprovado e apreciado matérias de sua competência.
- ✓ As Demonstrações Financeiras do período em exame foram aprovadas pelos pares do Conselho Fiscal.

13 - DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

- ✓ O Comitê de Investimentos também se reuniu, tendo discutido matérias relativas a investimentos do Instituto, submetendo suas decisões para aprovação do Conselho Deliberativo, bem como analisou o relatório de investimentos de cada mês.

14 - CÁLCULO ATUARIAL

- ✓ Sem alteração quanto à informação prestada no 1º bimestre .

15 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIÊNCIARIA - CRP

- ✓ O CRP de Nº 986311-122445 do Município está em vigor, tendo sido emitido em 05 de maio de 2014 e válido até 01 de novembro de 2014. Foi constatado o atendimento a todos os requisitos necessários à sua renovação, não existindo critérios irregulares para o RPPS de Caraguatatuba, junto ao Ministério da Previdência Social.

16 - LIVROS E REGISTROS

- ✓ Pelos testes efetuados, na extensão considerada necessária, verificamos a boa ordem formal dos livros e registros, estando regulares.

17 - DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTE

- ✓ Não chegou ao nosso conhecimento a existência de denúncias ou representações.

18 - TRANSPARÊNCIA

- ✓ Verificamos que o CaraguaPrev mantém atualizado seu sitio na Internet (site), onde pudemos encontrar publicados: toda as informações de Receitas e Despesas detalhadamente, Balancetes da Receita, Balancetes da Despesa, Plano Plurianual, LOA, Política de Investimentos, Extratos de contatos, Atas das reuniões do órgão máximo decisória o Conselho Deliberativo, do Comitê de Investimentos, Conselho

Fiscal e Diretoria Executiva, APRs, Credenciamento de instituições financeiras, legislações e outras informações atendendo o princípio da transparência da coisa pública e também buscando a interação com os segurados.

19 – PROJETO AUDESP

- ✓ O Sistema AUDESP é alimentado com a ciência da obrigatoriedade de cumprir os respectivos prazos. Observa-se que os prazos foram cumpridos no bimestre em análise.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- ✓ Todas as despesas realizadas pelo Instituto estão em consonância com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, atentando ao cumprimento das metas estabelecidas.

Caraguatatuba, 14 de julho de 2014.

LUANA MOUSSALLI FORCIONI GUEDES

Responsável pelo Controle Interno